

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Programa RS Rural

Nº de inscrição 565/2003

1. Liste os objetivos e especifique as metas mais importantes do programa, projeto ou prática, por ordem de prioridade.
Este projeto, como política pública de desenvolvimento, visa em sua implementação melhorar os aspectos econômicos, sociais, ambientais e a diversidade cultural em que a comunidade indígena da Guarita está inserida. Desta forma, este Projeto propõe-se através da organização, da participação efetiva dos beneficiários, do trabalho em parceria e do enfoque local contribuir para:
 - Combater a pobreza;
 - Combater a degradação dos recursos naturais;
 - Aumentar a capacidade produtiva da comunidade;
 - Melhorar a qualidade de vida da comunidade.
2. Descreva o funcionamento do programa, projeto ou prática e aponte qual(is) a(s) sua(s) frente(s) de atuação.
 - *Carta de intenção*: é a principal etapa, que consiste em um processo de discussão comunitária que possibilite e estimule a participação de todos os beneficiários. Através de um processo de diagnóstico rápido são elencados os problemas, os potenciais e as alternativas da comunidade. Esta reunião deve contar com a presença mínima de 50% dos beneficiários, com o registro de todas as decisões na forma de ata, assinada por todos os presentes, acordando as decisões tomadas. Esta carta juntamente com a ata é enviada para a secretaria executiva do programa – SEP e para o Conselho Estadual dos Povos Indígenas – CEPI para aprovação.
 - *Elaboração dos projetos*: os projetos são estruturados em ações, práticas e itens, que podem ser coletivas ou individuais. Para serem aprovados, estes projetos necessitam possuir as seguintes características: - a unidade preferencial de planejamento deve ser a comunidade indígena em sua integralidade; - o projeto deve conter, no mínimo, dois tipos de ações do programa para cada beneficiário; - é obrigatório a presença de ações de manejo de recursos naturais para todos os beneficiários; - as ações de infraestrutura social básica não podem ultrapassar o limite de 30% do valor total do projeto; - os beneficiários devem ter assegurado o atendimento e a participação na administração, gestão e manutenção das ações (infra-estrutura, máquinas e equipamentos) disponibilizadas pelo projeto; - a localização das máquinas, equipamentos e construções deve ser centralizada facilitando o acesso da comunidade; - o projeto deve apresentar uma contrapartida mínima de 20% dos beneficiários; - realização de um cadastro de todos os beneficiários; - três orçamentos para cada item de despesa do projeto.
 - *Implementação e acompanhamento dos projetos*: após a aprovação técnica do projeto, este é encaminhado para execução orçamentária. Neste momento tem-se início a disponibilização dos itens que comporão as práticas, atendendo as demandas e prioridades elencadas anteriormente pela comunidade. A liberação dos recursos é feita diretamente aos fornecedores, através do atesto das notas fiscais pelo técnico responsável. O técnico responsável também tem a incumbência pelo acompanhamento técnico da execução dos projetos e emitirá um laudo de acompanhamento quando 50% das práticas tiverem sido concluídas e um segundo quando da conclusão do projeto. Todas as ações desenvolvidas são fiscalizadas pelo agente financeiro.
3. O programa, projeto ou prática faz parte de uma iniciativa, programa ou política mais abrangente (da mesma ou de outra esfera de governo)? Em caso afirmativo, descreva como se dá esta ligação.

Sim. A Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento – SAA/RS é a instância estadual responsável pela implementação e coordenação do Programa, executando-o por meio da Secretaria Executiva do programa - SEP e através de suas coordenadorias regionais,

departamentos e instituições vinculadas. Na impossibilidade destas esferas de governo executarem as ações previstas, a SEP autorizou os beneficiários a contratarem a Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Nordeste do Estado – FIDENE através de seu Instituto Regional de Desenvolvimento Rural – IRDeR para elaborar e implementar os projetos técnicos.

4. Identifique o público-alvo. Quantos são, no momento, os diretamente beneficiados? Qual é a proporção de homens e de mulheres beneficiados? Que percentual da clientela potencial isto representa? Como é feita a seleção dos beneficiários e como eles participam do programa, projeto ou prática?

O público atendido pelo Projeto são as oito comunidades indígenas Kaingang que compõem a Área Indígena da Guarita, nos municípios de Tenente Portela e Redentora. Em virtude de trabalharmos em comunidade priorizamos o núcleo familiar, não fazendo distinção entre homens, mulheres e jovens. Cada projeto visa atender as demandas coletivas de sua respectiva comunidade e para integrar este projeto, deve haver uma disposição da família em participar das reuniões e se enquadrar nas decisões comunitárias. No período 2000 a 2002 em que trabalharmos na área indígena participaram do programa 935 famílias por ano. Ao considerarmos que cada família possui em torno média cinco integrantes, podemos afirmar que o projeto atende em torno de 4.675 pessoas nestas oito comunidades indígenas Kaingang.

5. Qual é o gasto orçamentário anual do programa, projeto ou prática? Quais as fontes de recursos financeiros (locais, estaduais, federais, privadas)? Que percentual dos recursos financeiros anuais é derivado de cada uma dessas fontes? Que percentual da receita orçamentária total do nível de governo (estadual, municipal etc.), a que pertence o órgão responsável pela inscrição, é efetivamente utilizado pelo programa, projeto ou prática?

Quadro: Disponibilidade de recursos e contrapartidas dos projetos

	TENENTE PORTELA		REDEDENTORA		TOTAL	
	2000	2001	2000	2001	2000	2001
Nº famílias	306	326	578	609	884	935
RS RURAL (Governo do Estado)	152.407,26	238.126,28	289.809,76	444.549,42	442.217,02	682.675,70
Prefeitura	----	----	69.493,28	----	69.493,28	----
Contrapartida da Comunidade	83.346,82	105.681,00	133.673,91	159.985,00	217.020,73	265.666,00
Total dos projetos	235.754,08	343.807,28	492.976,95	604.534,42	665.731,03	948.341,70

Os projetos referentes ao ano de 2002 estão aprovados tecnicamente, mas sem a autorização de execução orçamentária. Estes recursos do ano de 2002 contemplam 994 famílias com o montante de R\$ 652.596,51. Todos os recursos disponibilizados pelo Governo do Estado são utilizados exclusivamente para execução das práticas previstas pela comunidade e descritas nos projetos técnicos. Como estamos considerando somente os projetos da Área Indígena da Guarita, desconsideramos os valores totais de recursos do Programa RS Rural utilizado com todos os demais públicos beneficiários. O total de recursos do Programa de é de 250 milhões de dólares, sendo que 150 milhões são recursos disponibilizados pelo BIRD e o restante são recursos do Governo do Estado, contrapartida das prefeituras e dos beneficiários.

6. Quantas pessoas estão diretamente envolvidas na operação de seu programa, projeto ou prática? Quantos homens e quantas mulheres realizam funções de direção (ou de tomada de decisões) e quantos realizam funções de execução?

Na operação das práticas e ações na Área Indígena, formamos um conselho gestor do projeto, onde estão envolvidos um técnico, um engenheiro agrônomo e uma extensionista da EMATER, um engenheiro agrônomo do COMIM, três técnicos administrativos da FUNAI (sendo um homem e duas mulheres), um representante da Prefeitura de Redentora, o Cacique da Área Indígena e o engenheiro agrônomo do IRDeR. Na execução dos projetos além de contarmos com o apoio destas pessoas, formamos uma comissão gestora do projeto em cada uma das oito comunidades que compõem a população Kaingang desta Área Indígena. Esta comissão é formada por 10 indígenas composta por homens e mulheres indicados pela comunidade.

7. Indique todas as organizações (públicas e privadas) participantes, descrevendo o papel de cada uma. Explique como estas organizações interagem e de que modo suas ações individuais são coordenadas.
 - Todas as organizações a seguir citadas participam do conselho gestor de caráter informal, onde se define as proposições e a forma de atuação da assistência técnica.
 - A Prefeitura de Redentora e o COMIM, têm a função de apoiar e assessorar os beneficiários e dar assistência técnica na elaboração dos projetos e auxiliar na execução dos projetos.
 - Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER: é a responsável pela implementação da política de assistência técnica e extensão rural oficial do Estado, atua na divulgação do programa, organização e cadastramento dos beneficiários, assessoria na elaboração e análise dos projetos, em atividades de capacitação e formação e na avaliação sócio-econômica dos beneficiários.
 - Fundação Nacional do Índio – FUNAI: através de seus representantes constituídos no CEPI, delibera sobre os projetos a serem financiados e a nível local tem funções de apoiar e assessorar os beneficiários e a assistência técnica na elaboração dos projetos e auxiliar na execução dos projetos.
 - Conselho Estadual dos Povos Indígenas - CEPI: tem como atribuições junto ao Programa receber, selecionar e priorizar os projetos encaminhados pelas comunidades indígenas, encaminhando-os a SEP para análise técnica, aprovação e pagamento.
8. Se seu programa, projeto ou prática envolve a participação da comunidade e do público-alvo, descreva como esta participação se concretiza (explique os mecanismos de participação).

O processo metodológico desenvolvido na comunidade visa a integração, a interação e a participação efetiva de todos os seus membros em todos os processos decisórios e na implementação prática das ações previstas. Este princípio da participação visa o empoderamento da comunidade, ou seja, que esta se aposses dos instrumentos de organização e tomada de decisão coletivas disponibilizados pelo projeto e os implemente de forma autônoma em todos os momentos de decisão da comunidade.

Desta forma a comunidade é incentivada e convocada pelas lideranças a participar das reuniões onde são discutidas questões relacionadas à situação atual da comunidade (diagnóstico dos problemas, das potencialidades e das oportunidades) e da implementação das ações previstas. Com base neste diagnóstico, a comunidade é desafiada para estabelecer uma visão de futuro para si e para seus descendentes, estabelecendo-se desta forma as demandas e prioridades coletivas, as quais posteriormente são incorporadas ao projeto técnico, enviado a SEP/SAA.

Para acompanhar a implementação dos projetos, cada comunidade indicou 10 representantes para formarem uma comissão de gerenciamento e administração dos itens adquiridos pelo programa. Esta comissão tem a função de realizar possíveis adequações na aquisição dos itens, definir critérios para indicar os beneficiários que ficaram com a responsabilidade de utilizar os itens adquiridos, bem como a indicação das famílias mais necessitadas que serão contempladas com casas.
9. Quando e como foi originariamente concebido o programa, projeto ou prática? Quais os principais participantes governamentais e não-governamentais neste processo? Houve inspiração em iniciativa(s) anterior(es)? Qual(is) ?

O Programa RS Rural foi concebido pelo Governo do Estado no ano de 1997, destinado a atender as comunidades de pequenos agricultores. A partir de 1999, após uma reformulação de sua concepção, houve uma ampliação do público alvo, quando passou a atender as populações indígenas, remanescentes de quilombolas e comunidades de pescadores artesanais. A participação neste projeto foi colocada como um desafio para o IRDeR no segundo semestre do ano de 2000, quando o CEPI e o COMIM solicitaram a participação do Instituto

na elaboração e execução dos projetos em virtude de deficiência de recursos humanos da EMATER em realizar esta atividade. Caso o Instituto não assumisse esta atividade estas comunidades indígenas não receberiam os recursos disponibilizados pelo Governo do Estado. Em virtude da inexperience do IRDeR de trabalhar com as populações indígenas, baseamos a nossa atuação na experiência acumulada pelo Projeto PRORENDA, que atua a partir dos princípios de organização, capacitação e responsabilização de todos atores envolvidos no processo.

10. Identifique as etapas-chave de implementação e como isto evoluiu e se modificou ao longo do tempo. Que mudanças ocorreram desde o início de operação do programa, projeto ou prática?

A proposta inicial de trabalho consistia em disponibilizar um apoio gerencial e administrativo para a comunidade acessar recursos disponibilizados pelo Governo do Estado. Como esta é uma proposta muito limitada e não se enquadra na missão e visão do IRDeR de apoiar e instrumentalizar as diferentes comunidades que compõem a região para que se tornem sujeitos ativos no processo de desenvolvimento, propomo-nos a incentivar a comunidade para esta tornar-se sujeito ativo em todas as ações desenvolvidas. Desta forma solicitamos a comunidade a indicação de representantes para junto com a liderança institucional formarem uma comissão que assumisse a gestão de todos os processos e regulamente participasse de reuniões envolvendo toda a comunidade, realizasse uma prestação de contas das decisões tomadas e efetivadas e dos critérios definidos para a implementação e execução das ações e práticas dos projetos. Desta forma atuamos diretamente no empoderamento da comunidade, superando a utilização dos recursos públicos pela liderança como moeda de troca de favores para perpetuação no poder. Buscamos também iniciar uma discussão sobre a visão de futuro da comunidade, onde esta contraste a situação atual com a perspectiva de futuro e quais os problemas que poderão ser atenuados no presente para diminuir seus impactos no futuro, bem como a necessidade de uma reflexão sobre as práticas diárias de cultivo e manejo dos recursos naturais (principalmente da água) e como estes influenciarão as gerações futuras. Estes diálogos foram construídos numa perspectiva de construção e afirmação da identidade desta comunidade indígena como Povo com culturas e práticas diferenciadas.

11. Descreva os principais obstáculos enfrentados até o momento. Como se lidou com tais obstáculos? Quais deles ainda persistem?

Como principais limitações das ações propostas podemos citar: - a tradição de paternalismo com que a comunidade foi tratada durante décadas, criando uma prática de aguardar de solução ao invés de provocar a autonomia; - a dificuldade de compreensão dos processos culturais tradicionais de tomadas de decisão na comunidade; - a dificuldade cultural da comunidade de assumir e implementar ações de proteção e recomposição dos recursos naturais (fauna e flora); - falta de organização comunitária de enfrentamento de soluções; - descomprometimento da necessidade de contrapartida comunitária nas ações desenvolvidas, onde a comunidade sempre recebeu tudo pronto; - 50 anos de arrendamento que destruiu os recursos naturais e a cultura pelo contato indiscriminado e discriminatório com a população do entorno; - baixo índice de capacitação e profissionalização formal e informal dos integrantes da comunidade. A superação desta problemática não se dá de um momento para o outro, mas temos consciência que os processos desencadeados com a implementação das práticas, cobrando a responsabilização das lideranças e incentivando a participação efetiva da comunidade para desenvolverem iniciativas de auto organização irão contribuir para construir uma nova mentalidade sobre a forma de atuar e ser destas comunidades.

12. Que mecanismos de avaliação estão sendo utilizados para medir o sucesso do programa, projeto ou prática? Forneça os resultados (quantitativos e qualitativos) do último ano de operação do programa, projeto ou prática.

- Formação e fortalecimento da comissão de administração e gestão do projeto que está funcionando razoavelmente bem nos Setores Pedra Lisa, Três Soitas e KM 10, apesar de resistências explícitas da liderança.
- Nestes três Setores, além do trabalho da comissão, houve a formação de grupos de famílias (em média 10 famílias por grupo). Estes pequenos grupos reúnem-se regularmente e são eles que definem as suas demandas e prioridades e fazem a gestão e administração do projeto na comunidade. Nestes Setores a comissão é formada por um integrante de cada grupo. Nos demais setores a formação de grupos é vista com muita resistência pela liderança e ocorrem de forma muito tímida através de associações.
- A implementação pela comunidade conforme planejado de no mínimo 85% de todas as práticas do componente Geração de Renda e do componente Infra-estrutura social básica.
- Aumento visual de pequenas lavouras de milho, feijão, mandioca, abóbora, batata-doce, etc, com o objetivo de produção inicial para subsistência e posterior venda do excedente.
- O não abate e/ou venda dos animais (vacas de leite, juntas de bois e outros animais) que permanecem na comunidade e estão sendo bem aproveitados. Segundo levantamento realizado pela EMATER no ano de 2001, das cerca de 400 cabeças de gado que foram introduzidas na Área Indígena desde o início do ano 2000, em torno de 10% morreram, foram abatidos ou vendidos. Apesar das condições de alimentação e manejo a que estão expostos estes animais e das experiências anteriores, podemos considerar um bom índice.
- A vontade política dos indígenas de assumirem as diferentes áreas da comunidade (política, saúde, economia,...) e a busca constante da qualificação profissional numa perspectiva de autonomia da área.

13. Qual é a mais importante conquista de seu programa, projeto ou prática até o momento (cite apenas uma; aquela que, na sua opinião, é a mais importante)?

A transformação de uma proposta de repasse de recursos, numa proposta de mudança da postura da comunidade (objeto para sujeito), através de ações transparentes com toda a comunidade, onde todos têm acesso as informações sobre o andamento dos projetos e as dificuldades de implantação são discutidas no conjunto da comunidade.

14. Em que aspectos seu programa, projeto ou prática inovou em relação a práticas anteriores? Procure explicar bem em que consiste a inovação.

Em considerar a comunidade indígena como um povo com práticas sociais, econômicas, ambientais e culturais totalmente diferentes da população de seu entorno e que está em um processo constante de construção da sua identidade, onde todas as ações desenvolvidas devem contribuir para reafirmar as diferenças e não propor a homogeneização das ações, propondo e discutindo com os diferentes segmentos da comunidade como estas podem intervir de modo coordenado para serem agentes e atores dos processos de mudança. Contribuindo como um mediador entre as práticas acadêmicas e as práticas culturais, sociais e econômicas da comunidade.

15. Mesmo que seu programa, projeto ou prática não focalize especificamente a questão da pobreza, como você avalia seu impacto sobre esta questão?

Com o desenvolvimento das práticas, ações e discussões constantes, nos propomos diminuir as privações da comunidade e ampliar as suas respectivas liberdades e oportunidades, consideradas elementos essenciais ao processo de desenvolvimento endógeno da comunidade. Através das ações de geração de renda estamos diminuindo as deficiências de infra-estrutura produtiva e de armazenagem principalmente pela disponibilização de animais de tração, máquinas e equipamentos que permitem a comunidade desenvolver produção inicial de

subsistência e substituir o uso de mão-de-obra manual por animal. Esta ação permite também a implementação de novas opções de produção, diversificando as atividades econômicas, bem como aumentando a possibilidade de atividades com geração de excedentes. Pelas ações de infra-estrutura social básica disponibilizamos uma rede de energia elétrica e a construção de 230 casas até o momento, que proporcionam a comunidade melhorias significativas na qualidade de vida.

16. Qual o impacto do programa, projeto ou prática sobre a cidadania? (Mencione aqui aspectos relativos à cidadania que eventualmente não tenham sido mencionados. Inclua aqui também questões relativas a gênero, raça ou etnia).

Como afirmamos anteriormente, o foco das ações do projeto é a família e como ela está comprometida com a situação das futuras gerações e como cada integrante da comunidade tem considerado os direitos e deveres diante de seus pares e diante da sociedade em um processo de interação e participação, onde a construção de processos de participação na comunidade devem ser constantemente fortalecidos. A abertura destes processos de participação foram fundamentais para a socialização, a transparência das ações e para o resgate da possibilidade da comunidade participar e opinar nas tomadas de decisão sem o receio de sofrer penalidades por parte da liderança.

17. Caso seu programa, projeto ou prática já tenha participado do PROGRAMA GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA anteriormente, qual a diferença que ele apresenta este ano em relação ao ano em que se inscreveu pela última vez?
Não houve participação anterior.

18. Qual é a mais significativa deficiência do programa, projeto ou prática?

A sobreposição de outros projetos e práticas desenvolvidas por outras instituições públicas e privadas com objetivos e ações que reforçam aspectos de paternalismo, sem comprometer e responsabilizar a comunidade e sua liderança.